

Instituto Lina Galvani

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros Fiscais do
Instituto Lina Galvani

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Lina Galvani ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Lina Galvani em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 20 de maio de 2016, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de julho de 2017

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

INSTITUTO LINA GALVANI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	565	583	Contas a pagar		7	2
Aplicações financeiras vinculadas	4.2	229	143	Salários e encargos sociais	9	252	189
Contas a receber	5	8	9	Tributos a pagar		2	1
Outros ativos		12	10	Serviços a prestar	6	237	152
Total do ativo circulante		<u>814</u>	<u>745</u>	Total do passivo circulante		<u>498</u>	<u>344</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	7	292	295	Patrimônio social	10	615	696
Intangível	8	7	-	Total do patrimônio líquido		<u>615</u>	<u>696</u>
Total do ativo não circulante		<u>299</u>	<u>295</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>1.113</u>	<u>1.040</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.113</u>	<u>1.040</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO LINA GALVANI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuições associativas	13	1.062	1.111
Doações de pessoas jurídicas e físicas	13	2.163	1.578
Trabalho voluntário		81	13
Receitas financeiras		44	17
Total das receitas		<u>3.350</u>	<u>2.719</u>
CUSTO DOS PROJETOS REALIZADOS			
Paulínia (Viva Betel)	11.1	-	(2)
Campo Alegre de Lourdes	11.1	(531)	(407)
Serra do Salitre	11.1	(320)	(87)
Luís Eduardo Magalhães	11.1	(84)	-
Parque Fioravante Galvani	11.1	(1.120)	(903)
Jaguaré	11.1	(22)	-
Trabalho voluntário	11.1	(33)	(13)
Total do custo dos projetos realizados		<u>(2.110)</u>	<u>(1.412)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	11.2	<u>(1.312)</u>	<u>(1.171)</u>
Total das despesas operacionais		(1.312)	(1.171)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(9)	(5)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(81)</u>	<u>131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO LINA GALVANI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(81)	131
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(81)</u>	<u>131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO LINA GALVANI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015		565	-	565
Superávit do exercício		-	131	131
Destinação do superávit ao patrimônio social	10	131	(131)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>696</u>	<u>-</u>	<u>696</u>
Déficit do exercício		-	(81)	(81)
Absorção do déficit ao patrimônio social	10	(81)	81	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u><u>615</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>615</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO LINA GALVANI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do exercício		(81)	131
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado nas atividades operacionais:			
Provisões para folha de pagamento		30	20
Depreciação e amortização	7	43	30
Custo da alienação do ativo imobilizado		7	-
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber		1	9
Outros ativos		(2)	(10)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Contas a pagar		5	2
Salários e encargos sociais		33	18
Tributos a pagar		1	-
Serviços a prestar		85	134
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>122</u>	<u>334</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	7	(54)	(24)
Aplicações financeiras vinculadas		(86)	(143)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(140)</u>	<u>(167)</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(18)</u>	<u>167</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.1	583	416
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.1	565	583
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(18)</u>	<u>167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO LINA GALVANI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Lina Galvani ("Entidade"), fundado em 10 de março de 2003, é uma Associação Civil sem fins lucrativos, que tem por objeto social:

- a) Promoção de assistência social.
- b) Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- c) Promoção gratuita da educação.
- d) Defesa, preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- e) Promoção do voluntariado.
- f) Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.
- g) Promoção da ética, da paz, da cidadania e de outros valores universais.
- h) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas.

A Entidade possui certificado para sua condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ("OSCIP"), emitido pela Secretaria Nacional de Justiça, decorrente do pleno atendimento à Legislação vigente para o enquadramento deste tipo de Entidade.

A Entidade possui como principais mantenedoras de suas atividades sociais, a Galvani Participações e Investimentos S.A. ("GPI") e a Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A. ("Galvani"), que se comprometem a realizar os aportes necessários para manutenção das atividades sociais da Entidade, caso aplicável. Adicionalmente, a Entidade vem buscando firmar novas parcerias para execução de seus objetivos sociais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Apurações do superávit ou déficit

O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros), emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Aplicações financeiras vinculadas

O montante classificado como aplicações financeiras vinculadas corresponde ao valor de doações e contribuições associativas que deve ser utilizado exclusivamente para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos.

2.7.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos acordos assinados junto aos patrocinadores feito em contrapartida da conta de serviços a prestar, no passivo circulante (Nota 2.11). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7.3 Impairment de ativos financeiros

A Entidade tem como política o reconhecimento dos ativos financeiros quando os mesmos possuem os termos de compromissos firmados. Durante o período, a Entidade analisa a realização dos saldos e, caso identifique que não haverá entrada de caixa, o valor é ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações de bens do imobilizado são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 6.

2.9 Ativos intangíveis - Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável subsequentemente, são realizados testes anuais para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Passivo circulante e não circulante

Os passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, se aplicável. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.12 Serviços a prestar

Os serviços a prestar correspondem à contrapartida das contas a receber que foram registrados a partir de acordos de patrocínio à Entidade assinados junto aos patrocinadores. As receitas de serviços são levadas ao resultado à medida que os serviços são prestados.

Os contratos firmados entre os patrocinadores e a Entidade têm como principal objetivo o investimento social privado, nos quais os recursos doados devem ser utilizados na prestação de serviços sociais e ambientais pela Entidade. Se o prazo da prestação de serviços é equivalente a um ano ou menos, os serviços a prestar são classificados no passivo circulante. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.14 Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade corresponde à doação inicial feita pela sua mantenedora e pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a Entidade possui ou do recebimento de doações.

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a riscos financeiros, sendo o principal o risco de liquidez.

3.2 Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela Administração da Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1	-
Bancos	-	41
Aplicações financeiras	<u>564</u>	<u>542</u>
	<u>565</u>	<u>583</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações financeiras da Entidade referem-se a títulos de renda fixa de curto prazo e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") em bancos considerados pela Administração da Entidade como de primeira linha. Possuem liquidez imediata e são remunerados a taxa de até 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

4.2 Aplicações financeiras vinculadas

O montante classificado como aplicações financeiras de R\$229 em 31 de dezembro de 2016 (R\$143 em 31 de dezembro de 2015), corresponde ao valor de doações e contribuições associativas que deve ser utilizado exclusivamente para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e disposto em nota explicativa 2, item 2.6.

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se, substancialmente, a acordos firmados por diversos apoiadores, que sustentam custos oriundos do Parque Fioravante Galvani.

O montante de R\$8 (R\$9 em 31 de dezembro de 2015) é registrado em contrapartida ao saldo da conta de serviços a prestar, pois os custos incorrerão apenas durante o exercício subsequente.

6. SERVIÇOS A PRESTAR

Na conta de serviços a prestar são registrados os valores referentes a doações e contribuições associativas para projetos que não foram utilizados integralmente dentro do exercício.

Assim, tais valores serão utilizados para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

As composições dos saldos de serviços a prestar em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão abaixo apresentadas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fortalecimento de gestão pública	58	68
Inclusão sócio-produtiva (economia de base)	-	41
Parque Fioravante Galvani	8	9
Outros	<u>171</u>	<u>34</u>
	<u>237</u>	<u>152</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	
				2016	2015
Instalações	10	17	(10)	7	17
Máquinas e equipamentos	10	29	(14)	15	17
Móveis e utensílios	10	84	(53)	31	23
Computadores, periféricos	20	46	(28)	18	30
Parque Fioravante Galvani	4	247	(57)	190	201
Benfeitorias em Propriedades de terceiros	10	36	(5)	31	7
		<u>459</u>	<u>(167)</u>	<u>292</u>	<u>295</u>

Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro está abaixo apresentada:

Saldo em 1º. de janeiro de 2015	301
Depreciação/Amortização	(30)
Adições	<u>24</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	295
Depreciação/Amortização	(43)
Adições	54
Baixas	<u>(14)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>292</u>

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização %	2016		
		Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	<u>12</u>	<u>(5)</u>	<u>7</u>
		<u>12</u>	<u>(5)</u>	<u>7</u>

9. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	54	45
Provisão de férias	125	95
INSS a recolher	35	22
FGTS a recolher	9	9
PIS a recolher	1	1
IRRF a recolher	28	17
	<u>252</u>	<u>189</u>

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade corresponde à doação inicial feita pela Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A. e pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

A Entidade não remunerará, por qualquer forma, os membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirão entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

O Instituto aplica integralmente suas rendas, receitas, recursos ou eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e no território nacional.

a) Doações

As doações recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais.

b) Dissolução

Na hipótese de a associação perder a qualificação Instituída pela Lei n ° 9.790/99 ("OSCIP") e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

c) Outras disposições

De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente anualmente, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, examinar o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto no exercício anterior, e, quando for o caso, eleger Presidente de honra e os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e extraordinariamente sempre que o interesse social assim o exigir.

d) Superávit (déficit) acumulado

Representa os superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data da constituição da Entidade.

11. CUSTOS DOS PROJETOS REALIZADOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

11.1 Custos dos projetos realizados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal e encargos	(798)	(625)
Despesas com animais	(71)	(63)
Serviços de terceiros	(869)	(383)
Despesas com comunicação	(55)	(113)
Materiais para consumo	(20)	(20)
Despesas com viagens	(163)	(86)
Outras custos	(101)	(109)
Trabalho voluntário	(33)	(13)
	<u>(2.110)</u>	<u>(1.412)</u>

11.2 Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal e encargos	(770)	(581)
Honorário dos administradores	(176)	(203)
Serviços de terceiros	(58)	(103)
Despesas com comunicação	(59)	(80)
Despesas com depreciação	(43)	(30)
Despesas com viagens	(41)	(19)
Trabalho voluntário	(48)	-
Outras despesas administrativas	(117)	(155)
	<u>(1.312)</u>	<u>(1.171)</u>

12. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave é de R\$176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$203 em 2015).

13. CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS E DOAÇÕES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Contribuições associativas</u>		
Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A.	735	852
Galvani Participações e Investimentos S.A.	327	259
Total das contribuições associativas	<u>1.062</u>	<u>1.111</u>
<u>Doações</u>		
Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A.	2.139	1.549
Outras pessoas jurídicas e físicas	24	29
Total das doações	<u>2.163</u>	<u>1.578</u>

14. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Entidade em 20 de julho de 2017.